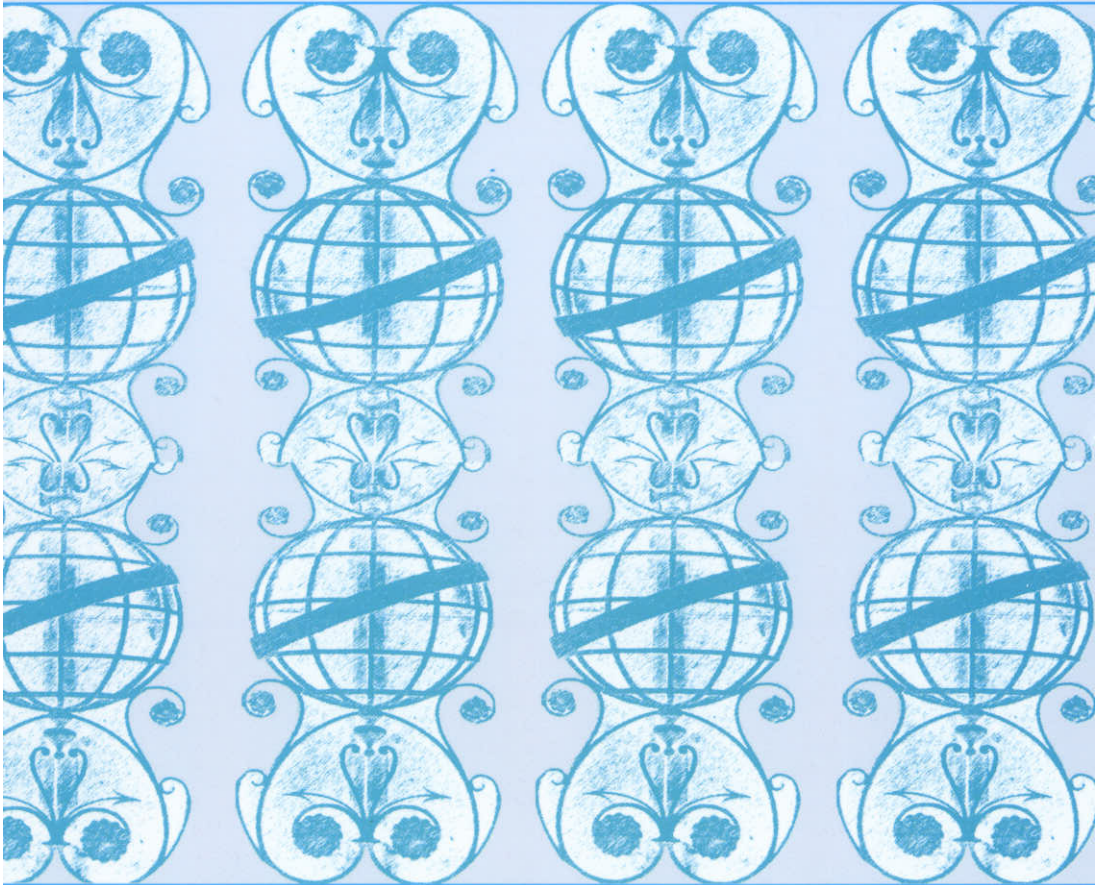


José Luis Lima Garcia

A Sociedade de Geografia de Lisboa e a propaganda colonial em Portugal no final do século XIX





José Luis Lima Garcia nasceu em Moçambique e reside actualmente na Guarda. Licenciou-se em História pela Universidade de Lisboa em 1977. Obteve na Universidade Nova de Lisboa o grau de Mestre em História dos Séculos XIX e XX em 1988. Em 1997, fez provas públicas em História e Cultura dos Média no Instituto Politécnico da Guarda. É Professor Coordenador na Escola Superior de Educação da Guarda, onde dirige o Departamento de Ciências Sociais e da Natureza.

Tem livros e artigos publicados na área da História, Literatura e Comunicação.

É sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 1979 e integra o quadro de investigadores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), da Universidade de Coimbra.

José Luís Lima Garcia

A Sociedade de Geografia de Lisboa e a propaganda
colonial em Portugal no final do século XIX

(Análise dos estratos socioprofissionais da S.G.L.,
no período compreendido entre 1875 e 1900)

2004
ESEG Publicações
Guarda

Dados Técnicos

Coordenação Editorial
Direcção da Escola Superior de Educação da Guarda (ESEG)

Coordenação Gráfica
Gabinete de Publicidade e Expressão Gráfica da ESEG

Edição
Escola Superior de Educação da Guarda

Tipografia
Marques & Pereira (Guarda)

N.º de Exemplares
1000

1.ª Edição
Dezembro de 2004

ISBN
972-99475-0-3

Depósito Legal
220484/04

Para meu pai, também ele sócio da
Sociedade de Geografia de Lisboa, 88 anos
depois da sua fundação.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer às pessoas e instituições que tornaram possível a publicação deste livro: em primeiro lugar, ao Professor Doutor Joel Serrão, professor jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, pelo repto que nos lançou no Seminário de “Aristocracia e Burguesia no Século XIX”, do mestrado de História dos Séculos XIX e XX, para desenvolvermos uma pesquisa de investigação integrada nesta temática da História Contemporânea portuguesa. Também, à Sociedade de Geografia de Lisboa, na pessoa do então responsável pela Biblioteca, o saudoso senhor Alexandre.

À Escola Superior de Educação da Guarda, especialmente ao seu Director Professor Joaquim Fernandes Brigas, por ter incentivado e mobilizado os apoios materiais a esta edição. Ainda o nosso reconhecimento ao Gabinete de Publicidade e Expressão Gráfica, nas pessoas da Engenheira Fátima Gonçalves, Dr.^a Catarina Grilo, Dr. Rui Pinho e Dr.^a Margarida Pina Alves, pelo trabalho paciente e minucioso de composição deste texto. À gráfica “Marques e Pereira” pelo zelo e competência técnica na produção de mais um objecto cultural.

Por último, o nosso bem-haja a todos aqueles que, duma ou doutra forma, nos deram ânimo para concluir este trabalho, despretensiosa homenagem do autor aos 130 anos (1875-2005) desta respeitável e venerável instituição científica portuguesa.

Introdução

Com esta investigação sobre os estratos socioprofissionais da Sociedade de Geografia de Lisboa no último quartel do século XIX procurámos fazer uma abordagem sobre o aparelho ideológico da elite portuguesa inscrita nesta novel instituição geográfica e a atitude que este grupo restrito de homens letrados do campo das armas, dos negócios e da administração tinha sobre as possessões ultramarinas herdadas ainda do antigo regime da Monarquia Absoluta. O século XIX na Europa e em Portugal representou o século charneira para uma nova época da nossa contemporaneidade, período que o historiador britânico Eric Hobsbawm chamou de *Era das Revoluções*⁽¹⁾.

Foi pois num contexto europeu conturbado de revoluções e contra-revoluções, de uma guerra civil entre irmãos ideologicamente desavindos da dinastia de Bragança, de uma descolonização traumática do Brasil, que saiu uma nova conjuntura para administração do património tropical português. Da velha ordem política emergiam novas luzes para lidar com a realidade geográfica africana, americana e asiática. Em Portugal, como precursora da oitocentista Sociedade que agora analisamos, surgiu entre 1798 e 1807 a Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica por intervenção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Esta instituição de duração tão efémera encarnava já os novos ideais do renascimento científico especialmente direccionados para as ciências geográficas. Aliás, foram estas últimas ciências que acabaram por impulsionar todo um movimento pela localização, reconhecimento, ocupação e aproveitamento económico das potencialidades dos territórios ultramarinos administrados pelas principais potências colonizadoras europeias que posteriormente haveriam, em conferência realizada em Berlim em 1885, de repartir responsabilidades pela administração destes territórios assentes, já não no direito histórico de descoberta, mas sim no direito de ocupação efectiva.

Com a publicação, respectivamente em 1840 e 1846, dos *Anais Marítimos e Coloniais* e *Anais do Conselho Ultramarino* estava-se a contribuir junto da opinião pública metropolitana e ultramarina portuguesas para alimentar

(1) - E. J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

a ideia nacionalista da preservação do mito da “Herança Sagrada” do património colonial herdado dos nossos antepassados mas também, na opinião do professor Valentim Alexandre, para acalantar a ideia do mito da exploração das riquezas desse mesmo *Eldorado* até então desconhecidas ou mal aproveitadas. Estavam assim criadas as condições para que a geração de intelectuais encabeçada por Luciano Cordeiro e patrocinada pelas reformas de individualidades como Andrade Corvo, Visconde de S. Januário e Júlio de Vilhena lançasse mãos para que em 10 de Novembro de 1875 fosse criada em Lisboa a primeira sociedade geográfica com ideais de fomento e educação semelhantes a outras congéneres já existentes na Europa, desde as primeiras décadas do século XIX. Apesar do atraso de cerca de 50 anos, esta instituição científica portuguesa integrava-se plenamente nos ideais expansionistas europeus. E o denominador comum que cimentava esta união era o conhecimento da elite fundadora da sociedade portuguesa das correntes políticas, económicas e culturais dessa Europa que navegava já em velocidade de cruzeiro nos ideais de liberdade plena em todos os domínios, incluindo os valores estéticos do Romantismo.

Partindo de documentos internos ligados à vida associativa desta sociedade geográfica que este ano completou 129 anos (1875-2004), procurámos através de uma listagem de sócios inscritos no primeiro quartel da sua existência (1875-1900) fazer a análise, num primeiro momento, das principais correntes que serviram de suporte a muitas das manifestações de carácter científico e ideológico. Num segundo momento, partindo dos primeiros Estatutos aprovados para uso desta associação interpretar cada um dos pressupostos que regulavam os direitos e os deveres das principais categorias de sócios existentes na Sociedade de Geografia de Lisboa: sócios ordinários, correspondentes e despedidos. Finalmente, num terceiro e último momento, procurámos através da representação gráfica fazer a interpretação de cada um dos estratos socioprofissionais inscritos nesta agremiação oitocentista. Nesta abordagem pudemos ainda fazer listagens personalizadas das principais profissões desempenhadas pelos sócios desta associação e concluir que as ligadas a uma burguesia administrativa, comercial, intelectual e militar foram fundamentais na implantação da ocupação portuguesa em África, na segunda metade do século XIX.

Procurámos, assim, mais de um século depois, conhecer e homenagear esta pléiade de nacionalistas que, em situação difícil, se reunira para lançar os caboucos de uma nova forma de administrar as possessões ultramarinas portuguesas mais conforme, aliás, com os novos ideais expansionistas

européus da época. E comprovar também que, embora tardiamente, Portugal no século XIX, ao contrário do que afirmara uma corrente de investigadores até ao aparecimento da obra pioneira da professora Ângela Guimarães sobre esta Sociedade geográfica, já detinha um projecto coerente e actualizado para o fomento dos territórios e populações tropicais.

I Parte - Ciência e ideologia imperial



Fonte: Fotografia obtida pelo Avure na sede da S.G.L.

Legenda: Perspectiva da fachada principal da sede da S.G.L.

Capítulo 1. Principais linhas de actuação da Sociedade de Geografia de Lisboa no último quartel do século XIX

1.1. A fundação

Um grupo de intelectuais com afinidades culturais, entre os quais se encontravam o jornalista Luciano Cordeiro, o professor Rodrigo Pequito e o filólogo Cândido de Figueiredo resolveu, à semelhança do que já tinha sido feito no estrangeiro, lançar apelo para a criação de uma instituição que tivesse em conta, segundo as palavras de Luciano Cordeiro, começar por ocupar-se vivamente daquele problema que encerrava para a nossa pátria uma questão vital (o problema africano) preocupando-se, por isso, em “levantar o espírito público à compreensão dos grandes interesses e dos impreteríveis deveres que ele significava para nós”⁽²⁾. Em 10 de Novembro de 1875 o grupo dirigiu ao Governo um requerimento em que expunha a iniciativa da futura instituição e pedia a aprovação dos respectivos Estatutos. Eis alguns dos termos em que foi redigido este documento: “... Os requerentes, Senhor, julgam cumprir simplesmente um dever para com a ciência - esta grande luz que a todos nos alumia e alenta - e para com a Pátria - esta mãe que estremecemos todos - procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de inúmeros estudiosos; ligar o nosso país ao convívio científico do mundo civilizado por mais este laço simpático de tão necessário e tão interessante cultivo das ciências geográficas”⁽³⁾.

Pela petição em causa se verificava a preocupação que os requerentes davam à Ciência e à Pátria pretendendo que a instituição servisse, ao mesmo tempo, os interesses desta “grande luz que a todos nos alumia e alenta” e “esta Pátria mãe em que estremecemos todos”. Aprovados os Estatutos já em Janeiro de 1876, reuniu-se dois meses depois a Assembleia Geral para eleger os primeiros corpos gerentes. Oficialmente constituída, a Sociedade de Geografia de Lisboa sentiu no início um certo número de dificuldades pelo facto de o Governo a não ter apoiado directamente e também pelo

(2) - Vide *Boletim da Sociedade de Geografia*, N.º 1, 1 série, Dezembro 1876, p. 49.

(3) - *Sociedade de Geografia de Lisboa - 75 Anos de Actividade ao serviço da Ciência e da Nação - 1875 - 1950*, Lisboa, sem data, p. 8.

motivo de vinte dias depois, por decreto assinado pelo Ministro da Marinha e Ultramar João de Andrade Corvo, ter sido criada uma Comissão Central Permanente de Geografia, com fins idênticos aos da instituição científica fundada no ano anterior. Mas, quatro anos depois, esta situação ir-se-ia modificar quando o visconde de São Januário, sócio fundador e primeiro Presidente da Direcção da Sociedade de Geografia, se tornou Ministro da Marinha e Ultramar.

Por iniciativa deste governante, esta associação passou a ser integrada pela Comissão Central Permanente de Geografia criada anos atrás por decreto do Ministro Andrade Corvo. Como consequência deste facto a Sociedade de Geografia passou a receber a dotação material da extinta Comissão, bem como a representatividade como órgão consultivo junto do Governo. Acabava-se assim a concorrência entre duas instituições afins, que agora em conjunto poderiam “ligar o nosso país ao convívio científico do mundo civilizado”⁽⁴⁾, através da realização de explorações científicas a vastas zonas do Ultramar ainda desconhecidas, como também a coligir documentos que pudessem desenvolver ciências como a Antropologia, a Arqueologia, as Ciências Naturais, a Etnologia, a Geografia, a História e ainda outras ciências com interesses pela problemática tropical. Aliás, esta instituição que chegou com cerca de 50 anos de atraso, em relação às suas congéneres europeias e que de certo modo não recebeu apoio das autoridades governamentais no seu início, foi muito bem aceite pela comunidade internacional, onde na altura já existiam cerca de 40 sociedades do mesmo tipo. Este atraso pela exploração e desenvolvimento do Ultramar poder-nos-ia ter sido fatal, visto que os outros sertanejos europeus através das instituições que os patrocinavam já há muito que pesquisavam com proveito científico, económico, militar e político o continente africano. Como exemplo de associações geográficas mais antigas que a portuguesa temos a de Paris, de 1821, a de Berlim, de 1828, e a de Londres, de 1830. Até esta última data, os exploradores destas Sociedades pesquisaram o curso do rio Níger e, depois, até 1856, exploraram a complexa rede hidrográfica da África Central nomeadamente dos rios Nilo e Zambeze⁽⁵⁾. Em 1873, nos alvares da criação da Sociedade portuguesa já os nossos concorrentes europeus estavam empenhados nas viagens de travessia da África Central e Austral, após o interesse demonstrado anteriormente pela localização e

(4) - *Idem*, p. 8.

(5) - Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 15.

exploração da sua rede hidrográfica.

Haveria, pois, que recuperar todos estes anos perdidos por Portugal e para isso necessitar-se-ia de tornar a Sociedade de Geografia de Lisboa rapidamente operacional em meios humanos, técnicos e financeiros que compensassem as posições perdidas anteriormente. Pela análise que a Professora Ângela Guimarães fez das *Actas* e dos *Boletins* desta sociedade científica, entre 1876 e 1896, haveria a considerar três fases fundamentais nos primeiros 20 anos de actividade: 1ª Fase - “De 1876 a 1880, a S.G.L. concentra todos os esforços em garantir o lugar de Portugal no movimento expansionista”; 2ª Fase - “De 1880 a 1882, esforça-se sobretudo por fazer um balanço das forças nacionais disponíveis para investir na competição”; 3ª Fase - “De 1882 a 1895, dedica os seus esforços a orientar a política e a gestão coloniais sobre o conjunto do império, embora as circunstâncias a levem a concentrar o máximo da sua atenção em Moçambique”⁽⁶⁾.

Como se pode observar pela interpretação desta investigadora, a Sociedade de Geografia de Lisboa demorou ainda, depois da sua fundação, seis anos a criar condições para entrar na competição directa com as suas rivais europeias e, mesmo assim, das várias colónias que Portugal possuía, foi na de Moçambique que concentrou a sua melhor atenção. Por quê este interesse pela colónia do Índico? Várias razões apontam para o facto, mas concerteza que para a escolha teria contribuído, de certo, a pretensão portuguesa da criação de um vasto império que uniria o território de Angola, na África Ocidental, ao território de Moçambique, na África Oriental, questão que ficará conhecida por Mapa Cor-de-Rosa.

Esta pretensão territorial ainda era viável quando esta sociedade geográfica se constituiu, mas as ambições hegemónicas inglesas representadas pela penetração dos seus missionários em território do preconcebido mapa português, nomeadamente, na África Oriental, fizeram ruir este plano. E fora precisamente pelo lado de Moçambique que o projecto acabara por morrer. Na realidade, esta colónia tivera um papel muito importante no accionar de uma série de acontecimentos que alteraram significativamente a política interna e externa do Portugal oitocentista. A conferência de Berlim, em 1885, foi o toque de clarim, ou melhor o acontecimento que pressionou as potências europeias a ocupar e delimitar as fronteiras dos seus territórios em África. Esta corrida acabaria por ser fatídica para as pretensões territoriais

(6) - *Idem*, p. 21.

portuguesas. O Ultimato não só inviabilizara de vez o projecto luso de união de costa-a-costa, como desencadearia uma enorme crise interna nos partidos institucionalizados e no regime Monárquico, situação aliás muito bem aproveitada pelo partido Republicano na oposição, para uma alteração qualitativa do regime então vigente.

Capítulo 2. A ciência e a ideologia imperial

2.1. As viagens de exploração geográfica

Pela conjuntura histórica que se vivia na Europa de aproveitamento do *boom* expansionista fora a burguesia a mais empenhada no projecto nacionalista da dominação colonial: “A fracção da burguesia que constitui a corrente dominante da S.G.L. é extremamente criativa. Mas não detém o poder político nem possui força económica para, por si só, executar o grandioso projecto que lançou mãos. Conta com um bom número de distintos intelectuais bem informados e lúcidos. Tem uma forte componente nacionalista. Sente-se nela, em todas as circunstâncias, um complexo de abafamento e uma enorme vontade de rebentar as cadeias - externas e internas - que impedem a sua expansão. E pensa que só pela expansão colonial pode resolver os problemas que a afligem”⁽⁷⁾.

Assim, logo na primeira sessão que se efectuou em Maio de 1876 se notava já este dinamismo exaltante por parte de alguns sócios, como se poderá concluir pela súmula dos assuntos aí tratados e que constam das Actas desta sociedade geográfica. Vejamos então: - O 2º tenente da Armada Ferreira de Almeida propunha que a instituição pedisse ao Governo a rectificação das cartas das colónias e o levantamento das plantas dos portos; - O jornalista Luciano Cordeiro, um dos esteios a quem a instituição deve parte da sua criação, propunha que a sociedade se ocupasse de saber em que situação se encontrava o ensino da Geografia em Portugal e as reformas que se deveriam exigir dos poderes públicos; - Vários sócios, no seguimento da ideia de Luciano Cordeiro, propuseram que se criasse uma

(7) - *Idem*, p. 47.

secção de ensino geográfico; - O marquês de Sousa Holstein propunha que esta associação científica abrisse um concurso para a apresentação de um trabalho sobre as navegações e as descobertas dos portugueses, destinado ao ensino secundário⁽⁸⁾.

Como se pode observar por estas diligências dos sócios na sua primeira reunião, todas elas visavam a transformação de certo modo imediata da realidade material e espiritual do património ultramarino. No caso da transformação das ideias e mentalidades, interessante é salientar a proposta de Luciano Cordeiro sobre a necessidade de se criar uma comissão que procedesse à observação do ensino da Geografia em Portugal, bem como à sua reforma imediata. Aliás, e no seguimento da ideia de Cordeiro logo houve sócios que propuseram como medida mais imediata a criação de uma secção de ensino geográfico na própria Sociedade portuguesa. A Geografia foi pois uma das preocupações mais constantes deste estabelecimento que, no fundo, não fazia mais do que transpor para a realidade os pressupostos da sua própria condição estatutária. Foi no seguimento desta ideia que logo na segunda reunião, dois meses depois, a Direcção através dos sócios Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro, Rodrigo Pequito e visconde de São Januário propusera a “conveniência científica, económica e política de empreender uma expedição portuguesa através do sertão africano, de costa a costa, prestando-se a Sociedade a promover uma subscrição nacional para auxiliar este empreendimento”. E os subscritores da proposta terminavam com um pedido “que o assunto seja exposto às associações comerciais do país, pedindo-lhes o seu parecer e coadjuvação”⁽⁹⁾.

Luciano Cordeiro um dos mentores da proposta, reafirmava perante os outros consócios da necessidade desta ter uma exequibilidade rápida, tendo em conta que “uma das ideias propulsoras da fundação da Sociedade de Geografia fora o reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal pelas suas tradições, pela sua situação de segunda potência colonial da Europa, pelos seus interesses económicos e políticos d’além-mar, de entrar definitivamente no movimento espantoso que as ciências, os estudos e as explorações geográficas estavam tendo lá fora”⁽¹⁰⁾.

Na realidade, as viagens de exploração geográfica eram um dos desideratos, senão o principal, que pretendiam levar Portugal como uma

(8) - *Sumário das Sessões. Desde a fundação até 31 de Dezembro de 1900*, p. 2.

(9) - António Ferrão, *A Sociedade de Geografia de Lisboa. As suas origens e a sua obra de 50 anos (1875 - 1925)*, pp. 134 - 135.

(10) - *Idem*, p.135.

das mais antigas potências coloniais a entrar definitivamente no movimento expansionista europeu. Mas a questão que se punha para a realização dessas viagens é a de que a Sociedade de Geografia de Lisboa não dispunha de fundos para custear tão onerosos empreendimentos. E como se poderiam ir buscar então esses fundos? Uma vez que se tratava de uma questão patriótica por que não, segundo os subscritores desta aposta nacionalista, realizar um peditório junto das Associações Comerciais do País? Este pedido não implicaria como seria evidente que o Governo tivesse de ficar indiferente a uma empresa desta natureza “tanto mais que para nós as vantagens económicas, sociais e políticas de entrarmos nesse geral movimento se equilibravam perfeitamente com as necessidades científicas”⁽¹¹⁾.

Daí que a Sociedade lisboeta tivesse endereçado ao Rei D. Luís uma petição onde se faziam alguns considerandos sobre a importância destas muito nobres e patrióticas tarefas e em que, ao mesmo tempo, os seus subscritores levantavam algumas interrogações pertinentes: - “Que será do nosso domínio africano, da nossa soberania colonial, do nosso comércio de além-mar?; - Que será daquelas vastas regiões, parte integrante e preciosa da nação, que demoram para além do Equador? - Que será do nosso nome, das nossas tradições, das nossas esperanças, dos nossos grandes interesses em África, se outro povo, se outros povos, arredando justamente desdenhosos a nossa inércia, enquanto não arredarem, orgulhosos, o nosso direito, lograrem sem nós e contra nós abrir o enorme e opulento continente africano que nós há séculos descobrimos, trilhámos, conquistámos e evangelizámos em tantas direcções, que nós de há tantos séculos possuímos e ocupamos em tamanha parte, à efectiva e inteira conquista da civilização e do esforço ingente do comércio e da indústria moderna? - Que será de nós, das nossas tradições, da nossa soberania, dos nossos interesses coloniais, se outros povos, sem nós e contra nós, se apoderarem do coração da África traçando-lhe caminho à sua grande laboração e exuberância produtora, na direcção do Nilo, do Atlântico norte africano ou do Oceano Índico - se estabelecerem naquelas imensas regiões centrais que tão opulentamente fadadas parecem ter sido pela natureza, o monopólio do seu comércio, o prestígio da sua audácia, a exploração exclusiva das suas indústrias, a ocupação expansiva da sua colonização”⁽¹²⁾?

Estas interrogações endereçadas ao soberano português não reflectiriam

(11) - *Idem*.

(12) - *Idem*, p. 137.

mais do que um questionário sobre a continuação do exercício da economia ultramarina (que será do nosso comércio de além - mar?), sobre o exercício da nossa soberania política (que será daquelas vastas regiões, parte integrante e preciosa da nação, que demoram para além do Equador?), sobre o exercício da nossa influência ideológica (que será do nosso nome, das nossas tradições ... se contra nós abrir o enorme e opulento continente africano que nós há séculos descobrimos, trilhámos, conquistámos e evangelizámos em tantas direcções?). No fundo eram interrogações aos pressupostos gerais da nossa motivação ancestral pela expansão de Além - Mar. Assim sendo, seria importante para a elite de sócios que subscrevia esta petição ao Rei, representante máximo do Estado, mas não do Governo, oficializar estas pretensões na pessoa de alguém com grande influência política junto dos ministros para uma mais rápida execução deste problema nacional. E porque o atraso já era grande em relação às outras potências expansionistas, Portugal arriscar-se-ia a perder a oportunidade única e definitiva de manter e até alargar as suas possessões ultramarinas. E se assim acontecesse a contracção territorial e o regresso à Europa seriam inevitáveis, com as perdas e os traumas irreparáveis que uma atitude deste género poderia implicar.

A criação da comissão nacional portuguesa de exploração e civilização de África, também vulgarmente denominada por Comissão Africana, reflectia, no fim de contas, o instrumento necessário para a continuação de uma política de expansão tão pertinente nesse momento histórico. As viagens de exploração de sócios como Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens acabariam por colocar também Portugal na galeria oitocentista das potências europeias pioneiras na partilha e ocupação de África. Uma das resultantes, a longo prazo, desta atitude foi a permanência da língua e cultura portuguesas na maior parte da comunidade dos países africanos colonizados anteriormente por Portugal.

2.2. Os antecedentes do curso colonial

A alegoria proferida pelo Presidente da Sociedade de Geografia, na primeira sessão solene que celebrava a inauguração desta instituição, em princípios de 1877, "... Não devemos por mais tempo deixar de colher a

opulenta seara que há séculos espera o ceifador”⁽¹³⁾, consubstanciava bem os princípios de acção que orientavam esta sociedade científica. A “colheita desta seara” deveria estender-se também a outras actividades, para além das viagens de exploração e reconhecimento geográfico do território africano. Era evidente que “o ceifador”, neste sentido figurado o colonizador português, deveria criar condições administrativas e políticas no sentido da implementação do seu domínio naquelas paragens d’Além-Mar. Aliás, os mecanismos de colonização e ocupação implicavam, deste modo, vários estádios de realização. Depois da exploração e localização geográfica do território, haveria necessidade de campanhas militares para a pacificação das populações autóctones. Só então se daria a ocupação do colonizador, através de migrações controladas de colonos que nas melhores regiões se fixariam e se dedicariam a um qualquer tipo de actividade, geralmente ligada nos primeiros tempos ao comércio, à agricultura e à extracção mineira.

A administração das colónias não só era necessária às minorias colonizadoras como também às maiorias colonizadas e adoptava, segundo as especificidades conjunturais, o tipo de sistema adequado. Este modelo alternou entre o sistema directo e o indirecto, conforme as mudanças políticas do regime metropolitano. Daí a necessidade de organização de uma elite colonizadora, através da criação de organismos e instituições adequadas à formação de pessoal técnico e administrativo. Logo, a Sociedade de Geografia pressentira que, à semelhança do que fizeram outras potências coloniais, como a Inglaterra e a Holanda, haveria necessidade de criar uma escola vocacionada para a formação de quadros de pessoal para as colónias. Deste modo a “questão começou a ser discutida na sessão de 7 de Janeiro de 1878, tendo por base uma proposta de Teixeira de Vasconcelos para a criação de um Instituto onde se ensinassem as línguas das nossas possessões ultramarinas e a história e a geografia coloniais dando-se preferência, para funcionários do Ultramar, a quem tivesse frequentado com aproveitamento essas disciplinas”⁽¹⁴⁾.

Esta proposta produzira acesa e duradoira polémica que se prolongara durante três sessões. Era evidente que a polémica assentava na escolha das disciplinas necessárias ao preenchimento do currículo dos futuros candidatos. E foi sobretudo a questão linguística a que produzira mais discussão, pois havia quem não desse valor ao estudo das línguas locais

(13) – *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1 série (1876 - 78), pp. 120 - 125.

(14) - António Ferrão, *Op. Cit.* p.151.

e existia, por outro lado, quem desse bastante importância à utilização e ensino dessas mesmas línguas na comunicação do funcionário com os naturais de cada região. Evidentemente que a questão no fundo era de natureza etnocêntrica como poderemos ver pela transcrição: “Iniciase depois a discussão que preencheu três estiradas sessões. Principia-a Ferreira de Almeida, que afirma não haver vantagem alguma na criação de tal Instituto, pois as línguas e os dialectos usados nas nossas colónias são muitos; Teixeira de Vasconcelos opina que tais cadeiras deviam ser criadas em Lisboa junto do Curso Superior de Letras; Luciano Cordeiro defende a proposta dizendo que também em Inglaterra e na Holanda havia cursos de línguas das suas colónias”⁽¹⁵⁾.

E a questão da língua como veículo transmissor da cultura de um povo acabaria por levantar outros problemas, entre os quais o de se saber até que ponto teria sido válida a nossa colonização junto do autóctone ultramarino. Esta questão foi levantada pelo próprio presidente da Sociedade, professor Barbosa du Bocage: “... Temos gasto uns poucos de séculos a não fazer nada, deixando as hordas africanas entregues a si e aos seus bárbaros usos, contentando-nos apenas com uma mudança exterior nas suas crenças religiosas, tratando de espoliar os povos e enviando-lhes o refugio da nossa população como elemento civilizador”⁽¹⁶⁾.

A pertinência desta afirmação ainda por cima vinda do presidente da Direcção mostrava-nos como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou pelo menos parte da instituição era contra o *status quo* existente. Representava também a atitude daquela gesta de homens que pretendiam com o seu dinamismo e acção incentivar novas formas de relação com as populações ultramarinas. Foi evidente que quem criticava tão pertinentemente estes métodos ultrapassados de colonização de “não fazer nada, deixando as hordas africanas entregues a si e aos seus bárbaros usos”, espoliando esses povos e evangelizando só aparentemente, através do “refugio da nossa população como elemento civilizador”, sabia que o que estava a afirmar constituiria quase heresia em relação à mentalidade dominante sobre a administração nos trópicos.

Por causa destas tomadas de posição assumidas por esta agremiação geográfica numa forma de actuação a favor do progresso, reflexo do modo de sentir de alguns estratos da sua componente de formação social, é que

(15) - *Idem*.

(16) - “Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa” in Ângela Guimarães, *Op. Cit.*, p. 62.

a instituição viu muitos dos seus projectos rejeitados pelo Governo. Esta reacção não acontecera por acaso. Mas esta proposta de Barbosa du Bocage tinha ainda outros motivos aliciantes. Revelando um vasto conhecimento da problemática colonial, o presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa apresentara como alternativa à caducidade do modelo luso um exemplo de colonização que, pelo seu singularismo, poderia trazer algo de novo: a colonização holandesa em Java. Nessa região os holandeses praticavam um sistema indirecto, em que se obtivera “a solidariedade dos chefes indígenas, interessando-os no desenvolvimento agrícola e comercial, educando os seus filhos” e “atraindo uma parte da população a um nível superior”⁽¹⁷⁾. Assim, entre outras coisas, o professor Barbosa du Bocage apresentara algumas medidas consideradas importantes a integrar no projecto sobre a criação do Instituto Colonial e que moralizariam altamente a administração ultramarina portuguesa. Referiu assim as seguintes: “1º - Velar para que as autoridades ultramarinas sejam inteligentes e honestas, bem retribuídas e conhecedoras das línguas e costumes dos povos que administram. Particular atenção deve ser dada à escolha de administradores para o interior; 2º - Desenvolver o ensino primário nas colónias. Os professores nomeados devem conhecer as línguas dos educandos; 3º - Desenvolver a agricultura e o comércio dando participação aos chefes locais; 4º - Alterar as pautas ultramarinas favorecendo mais as colónias”⁽¹⁸⁾.

Como se vê pelas medidas acima expressas, o presidente Barbosa du Bocage privilegiara como qualidades intrínsecas à formação adequada dos funcionários coloniais a honestidade e a cultura geral, incluindo o uso de línguas indígenas, como também apelava para o desenvolvimento cultural dos povos africanos através da implantação no terreno do ensino primário. E aconselhara ainda o progresso do comércio e da agricultura com a participação conjunta dos chefes locais e a alteração das pautas ultramarinas. Foi assim a proposta da defesa de uma descentralização do regime, através da introdução gradual de uma administração indirecta, o que este responsável preconizara para os territórios ultramarinos portugueses. O Dr. Adolfo Coelho, eminente filólogo, apresentara também uma outra proposta interessante sobre a importância que os estudos etnográficos deveriam ter sobre a colonização: “... a falta de ideias concordantes sobre a forma de colonizar e civilizar esse continente é devida à ausência de estudos

(17) – *Idem*.

(18) – *Idem*, p. 63.